



Professores primários sobre o escrutínio da administração do ensino: inquéritos administrativos como memória da história da educação

Primary school teachers on the scrutiny of the education administration: administrative inquiries as a record of the history of education

Rejanne do Carmo Ramos

Orcid: orcid.org/0009-0004-2495-878X

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil, E-mail: rejanner0@gmail.com

Cinthia Mota Medeiros da Silva

Orcid: orcid.org/0009-0006-6994-4781

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil, Email: cinthiamedeiros28@gmail.com

Raurislandia dos Santos Pereira

Orcid: orcid.org/0009-0000-7248-8154

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, E-mail: raurislandia2000@gmail.com

Karla Vitória da Cruz Alves

Orcid: orcid.org/0009-0001-5807-1210

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, E-mail: alveskarla2002@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42112

Citation: Ramos, Rejanne do Carmo; Silva, Cinthia Mota Medeiros da; Pereira, Raurislandia dos Santos; Alves, Karla Vitória da Cruz. (2025). *Professores primários sobre o escrutínio da administração do ensino: inquéritos administrativos como memória da história da educação* - HistELA, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42112>

Interesses conflitantes: Os autores declararam que não existem interesses conflitantes.

Editora: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Recebido: 15/11/2025

Aprovado: 23/11/2025

OPEN ACCESS

Resumo

O estudo objetiva investigar as fontes dos inquéritos administrativos instaurados pelo Departamento de Educação da Bahia entre 1935 e 1938. Eles eram mecanismos de controle disciplinar e moral sobre professores primários. A pesquisa, de natureza qualitativa e inserida no campo da História da Educação, utiliza a história social como referencial e analisa documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia. A fundamentação teórica pauta-se nos estudos de Foucault (1994), Damasceno e Pantoja (2020) e Souza (2008). As fontes revelam práticas de vigilância e punição associadas às normas de civismo e moralidade docente. Conclui-se que os inquéritos funcionaram como instrumentos de poder, voltados à padronização de condutas conservadoras e à formação de um ideal de professor.

Palavras-chave: inquéritos administrativos. História da educação. Bahia. Disciplina. Moralidade.

Abstract

This study aims to investigate the sources of the administrative inquiries initiated by the Department of Education of Bahia between 1935 and 1938. These were mechanisms of disciplinary and moral control over primary school teachers. The research, qualitative in nature and situated within the field of History of Education, uses social history as a framework and analyzes documents from the Public Archive of the State of Bahia. The theoretical foundation is based on the studies of Foucault (1994), Damasceno and Pantoja (2020), and Souza (2008). The sources reveal practices of surveillance and punishment associated with norms of civic duty and teacher morality. It concludes that the inquiries functioned as instruments of power, aimed at standardizing conservative conduct and shaping an ideal of the teacher.

Keywords: administrative inquiries. History of education. Bahia. Discipline. Morality.

Introdução

Esta produção resulta da escrita colaborativa de um grupo de pesquisadoras de diversos estados brasileiros que participaram da Oficina de Escrita Científica Colaborativa em História da Educação, realizada entre setembro e novembro de 2025. Voltada a estudantes de pós-graduação e a pesquisadores(as) em formação, a iniciativa teve por objetivos fortalecer redes de pesquisa, promover a coautoria responsável e estimular a elaboração de textos com potencial de publicação em periódicos e eventos científicos.

O trabalho foi desenvolvido por meio de encontros e redação online, nos quais as participantes colaboraram mutuamente na identificação e no tratamento das fontes, exercitando a escrita acadêmica coletiva. O Grupo de Pesquisa em História da Educação (histed), formado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), foi o proponente da oficina.

Os participantes e as participantes da oficina foram organizados em subgrupos temáticos segundo afinidades de pesquisa. Nosso grupo é composto por quatro mulheres: uma doutoranda, duas mestrandas e uma graduanda, concentradas na temática: “Experiências educacionais em escolas no século XX”. Em reuniões online trocamos experiências acadêmicas e discutimos questões voltadas para a

compreensão da História da Educação e suas nuances para embasar nossa pesquisa, atentando que “Na história da educação também é preciso ir do empírico para a teoria, da escola para a sociedade, para a economia e para a política, e daí retornar ao empírico para testar a teoria” (Lombardi, Saviani e Nascimento, 2005, p. 167).

Na etapa seguinte, deliberamos sobre as fontes para nossa pesquisa. Nessa conjuntura, sistematizamos fontes primárias no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Após a catalogação e organização das imagens das fontes documentais organizadas na aplicação Tropy (software gratuito para pesquisadores organizarem e descreverem sobre fotos de fontes primárias), selecionamos dois inquéritos administrativos envolvendo docentes de municípios baianos, que constituem o núcleo empírico deste artigo.

Porquanto, este estudo analisa os inquéritos administrativos instaurados pelo Departamento de Educação e Saúde do Estado da Bahia, nos anos de 1935 a 1938 como dispositivos de controle disciplinar e como expressão das normas de moralidade e civismo vigentes naquele contexto. Parte-se da problemática central: De que forma os inquéritos administrativos instaurados pelo Departamento de Educação da Bahia, entre 1935 e 1938, funcionaram como instrumentos de controle disciplinar e de imposição de normas de moralidade e civismo sobre os professores? A investigação concentra-se na periodização 1935-1938 e procura compreender tanto o funcionamento burocrático desses processos quanto os efeitos simbólicos e institucionais de suas decisões sobre a construção da identidade profissional do magistério.

Os seguintes objetivos específicos orientam a análise: compreender o fluxo e o funcionamento burocrático do inquérito administrativo; identificar, nos autos, repertórios linguísticos que evidenciem as manifestações de moralidade e civismo; e discutir as medidas disciplinares propostas ou efetivadas, bem como os papéis desempenhados pelos diferentes atores institucionais envolvidos (inspetores, delegados, autoridades do departamento de educação e testemunhas locais). Tal conjunto de objetivos permite articular descrição documental e interpretação teórica, mostrando como práticas administrativas cotidianas contribuíram para a produção de normatividade escolar.

A pesquisa insere-se no campo da História da Educação, adotando a história social como matriz interpretativa, além do método de análise de discurso com Foucault (2004). Trata-se de uma investigação historiográfica de natureza qualitativa, baseada na análise documental de fontes primárias disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). O procedimento metodológico envolveu a identificação e seleção criteriosa de inquéritos e relatórios sobre professores, a leitura crítica e a contextualização histórico-social dessas fontes, bem como o confronto dos dados com bibliografia especializada para fundamentar a interpretação.

A análise privilegia tanto a reconstrução dos procedimentos e rotinas administrativas quanto a leitura dos enunciados e práticas que revelam normas morais e redes de poder locais, contribuindo para a compreensão da relação entre fiscalização, disciplina e memória institucional no magistério primário baiano. Thompson (1963) defende que a investigação histórica deve privilegiar as experiências e as ações dos sujeitos ordinários, reconstruindo suas práticas, linguagens e disputas cotidianas para compreender como se constituem consciências coletivas e relações de poder.

Para compreender o funcionamento do inquérito administrativo como instrumento de controle, descrevemos aqui, sucintamente, seu fluxo burocrático tal como aparece nos autos: (i) instauração a partir de denúncia ou relatório de inspetoria; (ii) abertura de procedimento e notificação do investigado pelo delegado ou inspetor; (iii) coleta de

depoimentos de testemunhas e produção de relatórios de inspetoria; (iv) remessa ao gabinete do Departamento de Educação e Saúde para parecer e decisão administrativa; (v) aplicação de penalidade (advertência, suspensão, remanejamento) ou arquivamento, possivelmente com encaminhamento à esfera judicial. A reconstrução dessas etapas baseou-se na leitura direta dos autos (Caixa 3950, maço 53) e permitiu articular procedimentos e resultados disciplinares.

Fiscalização, disciplina e memória: os inquéritos administrativos no magistério primário baiano

No processo de levantamento das fontes no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), nos deparamos com peças documentais que se destacam pelo caráter inquisidor. São inquéritos administrativos abertos para averiguar denúncias realizadas pela comunidade ou por professores, contra outros professores referentes ao não cumprimento de funções pedagógicas ou por desvios de comportamentos, especialmente, os morais esperados aos docentes. A documentação pertence ao “Fundo da Secretaria de Educação”, que integra o acervo da seção do Brasil República do APEB. Foram consultadas aproximadamente vinte caixas não lineares em função da própria organização do fundo, e estes documentos encontram-se com a identificação caixa 3950, maço 53. A partir desse levantamento, selecionaram-se dois inquéritos para análise, especificamente o “Inquérito P. L. C.” e o “Inquérito disciplinar para apuração de fatos denunciado pelo professor D. S. contra o professor M. C.”.

Os documentos foram lidos e sistematizados por meio do software gratuito Tropy, desenvolvido em parceria com o Centro de História Contemporânea e Digital de Luxemburgo e a Digital Scholar, responsável também por projetos como Zotero, Omeka e Sourcery (Roy Rosenzweig Center for History and New Media, s. d). Trata-se de uma ferramenta digital utilizada por pesquisadores para descrever fotografias de documentos antigos e organizar um *corpus* documental. Segundo Bardin (2016, p. 123) as fases da análise devem se concentrar: “[...] tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizando-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Para historiadores da educação que trabalham com pesquisa histórica em arquivos, principalmente nos físicos, é de conhecimento que rotineiramente nos deparamos com certas surpresas, por encontrarmos o que não estamos buscando, e somos seduzidos por personagens, eventos e histórias contidas nesses acervos. Rodríguez (2010, p. 38) destaca que a pesquisa histórica exige critérios específicos para discriminar, selecionar, catalogar e interpretar provas e vestígios materiais, visto que esse trabalho de manuseio e crítica das fontes é condição para construir conhecimento histórico e deve permear tanto a formação de pesquisadores quanto de professores.

Quanto aos diferentes locais em que podemos encontrar fontes históricas, as instituições escolares configuram-se como um espaço que possui e fornece um vasto capital cultural sobre a história da educação. Conforme destaca Rodríguez (2010, p. 39) que,

Também as instituições educativas têm um papel importante no processo de pesquisa, organização e conservação do patrimônio cultural. Lidar com fontes históricas implica planejamento e procedimentos metodológicos, além do domínio de conceitos e categorias do Método da História. Para pesquisar em arquivos históricos, requer-se um preparo específico.

Nesse contexto, propomos, aqui, contar algumas dessas histórias, demarcadas pela experiência escolar e dos sujeitos que compõem esse espaço, explorando elementos relacionados aos significados dados, ao comportamento moral e cívico requerido aos professores primários do sexo masculino, tomados aqui, enquanto categoria de análise. Elementos que emergem na materialidade discursiva da documentação, o que era reconhecido como comportamento honesto, com significados próprios a época, década de 1930, os quais estavam relacionados diretamente a aceitação e proibições de relações românticas e eróticas, observados, inculcados e perseguidos pelas instituições educativas. Assim, também, como atitudes de civismo, com significados vinculados aos ideais de civilidade e urbanidade.

Contudo, ao problematizar o documento, enquanto uma fonte privilegiada para História da Educação, cabem considerações importantes, relacionadas à pesquisa documental e à metodologia de análise desses documentos. Assim como, a crítica e a busca de compreensão do seu funcionamento, a situação de sua produção, sua composição, mas também ações que correspondem em organizar e identificar seu conteúdo, intencionalidade, contexto e implicações dos sujeitos.

As categorias de investigações foram construídas amparadas no método da análise de discurso, nas palavras de Michel Foucault (2004, p. 10), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, a produção do discurso obedece aos interesses e as formas de poder que a produz, materializa-se diante das práticas sociais dos sujeitos e nestes causa efeitos. Esse método é fundamental para analisar em que medida os discursos produzidos pelos inquéritos administrativos do Departamento de Educação da Bahia, a partir da ação dos inspetores e as denúncias da comunidade local influenciaram no comportamento moral e disciplinar dos professores, bem como das práticas pedagógicas, de frequência escolar e civismo.

Com foco em indicadores de disciplina e de civismo, propomos pensar, no mote historiográfico e contextual deste trabalho, os mecanismos moralizantes e de controle dos fazeres docentes, dentro e fora da escola, produzidos durante a década de 1930 que atravessam as concepções sobre docência primária na Bahia, e a idealização de um perfil de professor e professora. As concepções almejavam que o professor ou a professora primária desempenhasse o papel de ensinar a ler, escrever e contar, que manteria os hábitos de higiene e seria responsável por incutir práticas de sociabilidade baseadas na valorização de alguns comportamentos para o homem e mulher, tidos como civilizados.

A gestão do ensino elementar público na Bahia do período (1935-1938) estava sob a responsabilidade da esfera estadual. O Estado era o responsável por todas as ações de implementação do ensino primário: programas de ensino, criação de escolas, provimento de professores e materiais de ensino. As questões que envolviam seus agentes, em especial as denúncias contra atuação de professores, eram recebidas pelo departamento de educação e a depender da gravidade pelo gabinete do Secretário de Educação de Saúde Pública do Estado.

Referente ao controle do Estado sob os professores é importante compreender em que dimensão atuava no território baiano no período, e a importância de se fazer presente, via escola pública, nas diversas regiões. Isso nos auxilia a pensar o motivo de a moralidade e o civismo aparecerem como um elemento indispensável na conduta desses professores, demonstrando que o poder estatal influenciava de forma relevante a conduta de tais profissionais.

No período histórico abordado, neste artigo, que corresponde na história política aos governos de Getúlio Vargas, fase constitucional e início do Estado Novo, identifica-se particularidades administrativas uma delas referente à gestão da educação, guiada essencialmente por decretos-lei. Cabe lembrar, que a primeira lei republicana, da esfera federal que regulamenta o ensino primário é de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, antes dela, os Estados exerciam de forma independente suas leis e reformas no ensino (Oliveira; Warde, 2021).

No contexto baiano, se administrava o ensino primário com alguns elementos da reforma do ensino primário de 1925 que se consolidaram, a exemplo dos instrumentos de fiscalização docente, como a presença dos inspetores de ensino e dos delegados escolares residentes. Contudo, como lembra o relatório sobre a educação na Bahia, elaborado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia em 1957, no período de 1930 até 1939, “as modificações se sucederam com aquela facilidade que o regime do decreto-lei é capaz de facultar” (Muricy, 1957) em razão da Bahia ser governada por um interventor federal neste período.

Neste caso, foram selecionados dois inquéritos (quadro 1) movidos por questões distintas, ocorridos nos anos de 1935 e 1938, envolvendo professores do sexo masculino de escolas primárias de duas regiões da Bahia. Os processos instaurados abarcam: depoimentos de pessoas da comunidade, testemunhas dos fatos que acarretaram as denúncias, dos quais são alguns pais das crianças/alunos(as) e pessoas proeminentes da comunidade, documentos com recomendações sobre os procedimentos morais e profissionais e de defesa as professoras ou aos professores, relatórios de inspeção, pronunciamentos dos denunciados e outros documentos comprobatório.

Quadro 1: Inquéritos administrativos do Departamento de Educação da Bahia (1935 e 1938)

Identificação do inquérito	Ano	Localidade	Atores institucionais envolvidos	Resumo do inquérito	Penalidade aplicada	Efeitos sobre o magistério
Inquérito disciplinar para apuração de fatos denunciado pelo professor D. S. (Caixa 3950, maço 53)	1935	Seabra, município da região da Chapada Diamantina, Bahia	Professores, delegado escolar, testemunhas	Desinteligência entre os professores D. S. e M. C., levando o primeiro a denunciar o segundo por má conduta profissional durante uma sessão cívica de escolares em comemoração ao encerramento da semana da educação.	Advertência particular	Reforça que o magistério deveria manter postura disciplinada, moderada e exemplar, especialmente em eventos cívicos.
Inquérito P. L. C. (Caixa 3950, maço 53)	1938	Itapuã, Salvador, Bahia	Professor e uma aluna	Denúncia contra um professor primário efetivo de uma escola na capital, em Itapuã, Salvador, Bahia, acusado pelo delito capitulado no artigo 267 da Consolidação das Leis Penais: abuso contra a honra de menor da localidade, ou seja, defloramento de uma moça púbere, com 18 anos completos de idade, moradora da mesma região.	O professor foi suspenso e posteriormente transferido para o município de Itapira, sob o argumento de que, ainda que inocentado, sua conduta não correspondia à de um “verdadeiro educador” e “de todo ponto de vista não é conveniente a sua permanência no arraial em que a ocorrência teve lugar.” (Caixa 3950, maço 53, Inquérito P. L. C.).	Transferência do seu local de trabalho e foi julgado não apenas no âmbito jurídico, mas também sob o prisma moral, sendo sua conduta considerada incompatível com os padrões de decoro esperados do magistério.

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Estes documentos são carregados de tensões e polifonia, o que permite, em meio às diferentes versões dos fatos narrados, aproximar-se da influência da escola no cotidiano da comunidade, das concepções em torno dela e da profissão professor primário. Vale ressaltar que iremos utilizar as iniciais dos nomes dos indiciados, a fim de preservar suas identidades.

Inquéritos escolares como dispositivo de controle moral e civismo

O primeiro documento, inquérito administrativo, nos traz um fato ocorrido no dia 12 de outubro de 1935, na cidade de Seabra, município da região da Chapada Diamantina, Bahia. Nessa localidade, houve uma sessão cívica de escolares, em frente ao paço municipal, organizada pelos professores regentes das escolas primárias, incorrendo uma desinteligência entre os professores D. S. e M. C., levando o primeiro a denunciar o segundo por má conduta profissional. A situação que ocasionou a discussão com troca de insultos, conforme os relatos das testemunhas, foi que o professor D. S. quis içar a bandeira nacional às 11 horas do dia, e o fez, provocando uma reação do professor M. C. reprovando tal ação, se dizendo militar e que era impróprio a hora para içar a bandeira. O professor D. S. depois de escutar os insultos do professor M. C., disse que *“fez muito de propósito”*, concluindo-se que a ação foi para provocá-lo (Caixa 3950, maço 53, Inquérito de denúncia contra o professor M. C.).

No ato estavam presentes os professores, o delegado escolar, o adjunto da promotoria, familiares dos alunos, dentre outras pessoas. O percurso ocorreu entre o prédio da Justiça e o da Prefeitura e incluiu o canto do Hino Nacional e, aparentemente, o içamento da bandeira. Tratou-se de um momento com amplo acompanhamento da comunidade, ou seja, com público, uma das atividades valorizadas durante o Estado Novo, tendo um carácter de reafirmação de posições de poder nas esferas locais.

Uma pergunta recorrente aos interrogatórios das testemunhas no processo administrativo entre os professores é *“qual a conduta moral e profissional do professor M. C. desde que aqui chegou até a data presente?”*. Essa pergunta é comum nos interrogatórios da esfera criminal, em referência às condutas pregressas, os valores morais, qualificações dadas a ele por pessoas tidas como idôneas, *“homens de bem”*, para atestar que o sujeito possuía valores que merecem apoio e adesão (proteção) por parte da instância administrativa. As testemunhas, todos homens, ocupantes de reconhecimento político ou econômico no município de Doutor Seabra: adjunto da promotoria do termo, coletor estadual, o comerciante, responderam, respectivamente, *“Boa até aquele dia”*; *“que é público e notório a conduta reta, mesmo irrepreensível quer como homem particular, quer como no exercício do magistério”*; *“muito boa”*. O professor M. C., para reforçar o discurso sobre sua boa conduta, acrescentou a declaração do prefeito: *“atesto afirmativamente ser boa a conduta moral e profissional do professor M. C.”* (Caixa 3950, maço 53, Inquérito de denúncia contra o professor M. C.).

A única testemunha que demonstrou repreensão ao comportamento do professor M. C. e solidariedade ao professor D. S. foi o adjunto da promotoria, da mesma forma que denunciou o fato ao Secretário Geral de Educação do Estado no dia seguinte, e deu fim a sessão cívica em virtude da discussão ocorrida entre os professores. Em seu depoimento, revelou as tensões pré-existentes entre os professores, e as ofensas

proferidas contra o professor D. S., “*bandido, cachorro, fochiquento, adulator, que tu veio das Palmeiras para aqui por tais coisas*”. Em outro momento, disse que escutou: “*você é um professor boçal, professor da roça*” para indicar que ele, D. S., era ignorante quanto aos ritos cívicos de içamento da bandeira nacional (Caixa 3950, maço 53, Inquérito de denúncia contra o professor M. C.).

Esse processo transitou rapidamente, entre a portaria com a designação do inspetor escolar para apurar a denúncia *in loco*, instruída no dia 26 de outubro de 1935, até o seu encerramento, dia 19 de dezembro de 1935. Foram aproximadamente oito semanas, que o processo levou para transitar, entre o recebimento da portaria por parte do inspetor escolar, a ida a cidade de Dr. Seabra, convocação das testemunhas, tomadas dos depoimentos, exame destes com considerações do inspetor, até chegar ao gabinete do Secretário para a resolução do processo.

Nos depoimentos, toma-se conhecimento sobre o ato cívico escolar, do dia 12 de outubro de 1935, que fazia parte do encerramento da semana da educação, empreendimento criado pelo Ministério da Educação. Nesse contexto, os professores estavam respondendo a demanda desse Ministério, incentivada por todo território nacional, e fiscalizada pelas Secretarias Estaduais. Para esse encerramento da semana da educação, alunos da escola do professor D. S. e alunas da escola do professor M. C., convidaram pessoas da cidade, de reconhecimento social e político local, ocupantes de cargos da administração pública e comerciantes. As testemunhas relatam o recebimento dos convites por parte das alunas da escola do professor M. C. e dos alunos da escola do professor D. S. o que leva a pensar que as escolas eram isoladas (escola de turma única) e não eram mistas.

Como segunda fonte selecionada, temos outro inquérito com origem no judiciário do ano de 1938. Ele é remetido à Secretaria de Educação e Saúde no Departamento de Educação na série: Inquérito administrativo sobre professores. Trata-se de uma denúncia contra um professor primário efetivo ocupante da cadeira da 3ª classe de uma escola na capital, em Itapuã, Salvador, Bahia. Ele foi acusado pelo delito capitulado no artigo 267 da Consolidação das Leis Penais: abuso contra a honra de menor da localidade, ou seja, defloramento de uma moça púbere, com 18 anos completos de idade H. dos S., moradora da mesma região. As determinações do Departamento de Educação foram a suspensão do exercício de suas funções por 90 dias, até que se apurassem os fatos arguidos em inquérito que estava sendo procedido pelas autoridades policiais. Essa penalidade imposta se deu pelo “professor fugir dos seus deveres a que lhe foi obrigado na condição de regente do magistério primário, faltou compostura do cargo, como ficou apurado nos autos do processo pelo crime de que foi impronunciado em 24 de outubro de 1939” (Caixa 3950, maço 53, Inquérito P. L. C.).

A Procuradoria-Geral do Estado do Estado da Bahia informou à Secretaria de Educação que, pelo Ministério Público, foi interposto recurso à decisão que julgou improcedente a denúncia oferecida contra o professor. Nesse ínterim, o professor P.L. “[...] *solicita que não conste em seus assentamentos nenhuma nota desabonadora e que reassuma o exercício da referida escola e ordenar ao Tesouro o pagamento de seus vencimentos a partir de março de 1939 até a data que reassumir*”. Nesse contexto, o interventor federal declarou que: “*Não é conveniente que continue a exercer o magistério na localidade um professor que não se conduziu como um verdadeiro educador*”, por isso decidiu remover o professor, de ofício, para outra localidade: Piraúna, município de Itapira, ou seja, fora do “*arraial em que a ocorrência teve lugar*”. Assim sendo, foi decidido que não era conveniente a permanência do professor onde se deu a ocorrência do fato criminoso, exercendo o magistério na

localidade, por ter faltado com a compostura do cargo docente. (Caixa 3950, maço 53, Inquérito P. L. C.).

Nota-se que, no caso sobre defloração, a denúncia da vítima foi desconsiderada por não ter credibilidade, conforme os trechos retirados do inquérito: *“Às declarações da mulher devem ser recebidas com prudência e reserva pelo juiz”, “A vítima de inferior qualidade ao denunciado, a este entregou-se, diz ela própria, sem relutância”* (Caixa 3950, maço 53, Inquérito P. L.). Historicamente, os crimes de natureza sexual, incluindo o estupro e o atentado ao pudor, foram tratados mais como ofensas à honra das famílias ou à moral pública do que como violências cometidas contra os corpos femininos enquanto sujeitos de direito.

A análise textual dos autos revelou repertórios recorrentes que subsidiavam avaliações morais do professor: termos como “comportamento”, “compostura”, “decoro”, “respeito” e “bom senso” aparecem repetidamente nos depoimentos e relatórios de inspetoria. Estes enunciados não funcionam apenas como adjetivações morais: operam como critérios de exclusão e legitimação profissional. Para maior transparência interpretativa, o estudo destaca excertos selecionados dos autos, que ilustram como tais repertórios eram mobilizados para justificar sanções administrativas.

As inspeções escolares na educação primária da Bahia (1935 e 1938)

Referente às questões do ensino primário, o departamento de educação, pertencente à Secretaria de Educação e Saúde pública na Bahia, contava com inspetores de ensino divididos entre dezesseis regiões do Estado, e cada município tinha um delegado escolar residente, função nos dias atuais comparada à de secretário municipal de educação. Enquanto os delegados escolares residentes assinavam mensalmente a frequência dos(as) professores(as) para que pudessem receber seus salários. Os inspetores entre várias funções, eram encarregados de fiscalizar o funcionamento de todas as escolas primárias circunscritas na região, produzir relatórios sobre a situação do ensino, frequência dos alunos e da estrutura física de cada uma delas, urbanas e rurais, pertencentes ao Estado, Municípios e particulares, além de apurar caso necessário denúncias *in loco*. Esses registros, realizados por inspetores escolares, com a finalidade de averiguar a veracidade das denúncias, abrem possibilidade para acessar o funcionamento da escola, os sujeitos e os modos de ensino.

Ao longo do tempo, a escola primária se transformou em uma ferramenta importante para a civilização, a instrução e o progresso, especialmente durante a Primeira República (1889-1930), mas também nos anos que seguiram a era Vargas (1930-1945), sendo usada como uma propaganda que anunciava o início de novos tempos de modernidade e de desenvolvimento do país “Dos anos de 1930 até o fim da ditadura Getúlio Vargas, final dos anos de 1940, dominou o que sinalizamos acima como ‘nacional desenvolvimentismo’ ou ‘desenvolvimentismo conservador’” (Lombardi, Saviani e Nascimento 2005, p. 228). Não se tratava apenas de ensinar a ler, escrever ou fazer contas, mas de formar a identidade da nação brasileira e do novo cidadão.

Dessa forma, a escola construída na Primeira República começou a trazer várias novidades educativas, dentre elas, como já citamos, a implantação das escolas seriadas, agrupando alunos de acordo com a idade e níveis de aprendizagem. Por isso, os grupos escolares eram também chamados de escolas graduadas, uma vez que o

agrupamento de alunos se dava de acordo com o grau em que situavam, passando gradativamente até concluir o ensino primário. Com a construção dessas instituições, o governo explicitava claramente sua intenção de mostrar o antes e o depois do governo republicano, no que concerne ao setor educativo (Silva; Costa, 2017, p. 4).

Além dessas mudanças curriculares e na estrutura, surgiu a necessidade de formar professores capacitados para atuarem nesse modelo de ensino. Logo, houve a criação de Escolas Normais no país, com duração de quatro anos, tinham como objetivo formar mestres qualificados para administrar e lecionar o ensino primário conforme as novas exigências e interesses da educação. O trabalho do professor passou por mudanças, principalmente com a adoção de docentes como “diários, fichas pedagógicas, planos e relatórios. O professor deveria adotar, a partir de então, procedimentos didático-metodológicos baseados em princípios do método intuitivo de ensino, como está registrado no Regimento Interno dos Grupos Escolares” (Silva; Costa, 2017, p. 6).

A criação dos grupos escolares incorporou o pressuposto da reunião das escolas constituindo-se em um novo tipo de estabelecimento de ensino primário, cuja instalação e funcionamento dependiam de vários critérios: número de alunos no raio da obrigatoriedade escolar (variou entre 200 e 400 alunos), professores habilitados no curso normal e/ou complementar, funcionários administrativos – diretor e porteiro de edifício que abrigasse no mínimo quatro classes correspondentes a cada um dos anos do curso elementar. Consequentemente, um grupo escolar configurava-se como uma organização mais complexa (Souza, 2008, p. 279).

Nessa perspectiva, o diretor era reconhecido na comunidade local e tinha o papel de intermediar os interesses da escola juntamente ao diretor geral de ensino, além de solucionar os problemas da escola e a responsabilidade pelo ensino/aprendizagem do aluno, a partir da mediação entre a escola e a família. Já o inspetor, fiscalizava de forma regular e permanente os procedimentos e comportamentos necessários para o devido funcionamento do sistema (Damasceno; Pantoja, 2020).

As inspeções realizadas nas escolas primárias do período buscavam colocar em práticas os ideais republicanos nacionalistas, eugenistas e positivistas. O inspetor deveria lavrar um termo pessoal da sua visita, deixando registrado o que seria digno de louvor ou de censura, bem como instruir os professores sobre os seus deveres e opinar sobre a criação, extinção ou transferências de escolas. Além disso, a ele cabia nomear substitutos de professores, pedir esclarecimentos aos conselhos escolares sobre a assiduidade dos professores, “[...] além de atestar o exercício dos professores de sua circunscrição, poderia propor ao diretor geral a dispensa de professores leigos interinos e impor penas aos professores encontrados em falta, como advertência, repreensão, multa e suspensão” (Damasceno; Pantoja, 2020, p.6).

Para compreender essa trajetória, recorremos às análises de Michel Foucault, principalmente em sua obra “Vigiar e Punir”, visto que para Foucault (1994, p. 209),

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.

Desse modo, os inquéritos administrativos surgiram como uma ferramenta legal e burocrática para avaliar e punir as condutas inadequadas durante o exercício da profissão docente. Sendo parte de um dispositivo disciplinar na perspectiva de Foucault (1994), uma vez que buscava normatizar comportamentos e garantir uma permanente obediência na hierarquia escolar e nos valores da República.

As práticas disciplinares visam à construção de sujeitos rápidos, eficientes, produtivos, disciplinados e dóceis. Para isso, são selecionados mecanismos de disciplinamento como distribuir no espaço e ordenar no tempo, selecionar saberes, além de estabelecer uma universalidade, avaliar, competir, premiar e punir moralmente. O autor buscou compreender como essas práticas disciplinares tornaram-se formas de dominação nos espaços, em escolas, hospitais, conventos e entre outros.

É possível entender os vários meios de controle e disciplina nas escolas, que propõem aos indivíduos seguirem um determinado tipo de comportamento e prática de forma homogênea e controlada. Os inquéritos administrativos representam a vigilância constante do professor pelos diretores e inspetores, por meio do registro dos desempenhos e da moralidade docente nos relatórios e a necessidade de punir os comportamentos inaceitáveis, com vistas a formar sujeitos obedientes e disciplinados na nova sociedade republicana.

Nessa esteira, Sousa (2001), ao analisar a formação de professores normalistas na Escola Normal Rural de Feira de Santana - Bahia (1925-1945), identifica que as intervenções no ensino normal atendiam à ideia de que as futuras professoras deveriam ser formadas de acordo com as demandas, modernizantes, ou seja, esses mestres formados pela escola normal deveriam disseminar novos comportamentos e práticas sociais. Conforme a autora, deles e principalmente, delas seria exigido “um determinado perfil, para o qual questões morais foram tão mais importantes que a capacidade técnico-científica [...] virtudes intelectuais, morais e religiosas” (Sousa, 2001, p. 80).

Foi possível identificar, nos inquéritos administrativos, que o acompanhamento da atuação docente fora do espaço escolar era tão ou mais importante que os seus saberes e capacidades pedagógicas, quanto à *boa conduta*, designação dada ao professor M. C. pelas testemunhas que também naquele momento tinham sido avaliadas em suas condutas morais. Nesse sentido, o bom proceder e a boa conduta envolvia um conjunto de condutas morais e sociais assumidas por esses professores, que diziam sobre o corpo e seus usos, com conotações diferenciadas considerando as posições de gênero, origem e raça. Destaca-se que normas comportamentais aparecem com frequência para se dizer sobre que tipo de profissionais eram.

Nesse sentido, a repetição no discurso do termo *bom procedimento* carrega múltiplos indícios na construção desses hábitos, o qual dizia respeito sobretudo à conduta feminina, independente da classe social que ocupava, vinculada à ideia de honra e moral sexual, que da mesma forma o discurso da boa conduta representava para os professores homens um atestado de um bom profissional. Nesse contexto, de expansão do ensino primário no território brasileiro, um dos argumentos em sua defesa e urgência da escolarização do povo era a crença que a escola seria principal via para a construção de um novo homem e nova mulher, com hábitos civilizados, moralmente aceitos e higiênicos, para a difusão de modelo de indivíduo e família.

Considerações finais

A análise dos inquéritos administrativos instaurados pelo Departamento de Educação e Saúde do Estado da Bahia entre 1935 e 1938 permite afirmar que esses documentos funcionaram simultaneamente como instrumentos técnicos da administração escolar e como dispositivos de poder destinados a modelar a conduta docente segundo repertórios explícitos de moralidade e civismo. Por meio da visibilidade, do registro e da aplicação de sanções administrativas, os autos não se limitaram a apurar fatos, pois eles produziram normas, hierarquizaram atores e reforçaram expectativas sociais

sobre o papel do professor na comunidade. Em muitos casos, a penalização administrativa operou independentemente do desfecho judicial, o que evidencia uma esfera autônoma de regulação que privilegiava a manutenção da ordem institucional e a reputação do magistério perante a comunidade local.

Os repertórios linguísticos identificados nos processos revelam a centralidade de categorias como respeito, postura e decoro na avaliação profissional dos docentes. Testemunhos, relatórios de inspetoria e decisões administrativas mobilizaram noções de autoridade moral que, além de justificar sanções, naturalizaram formas de exclusão e estigmatização. Assim, os inquéritos atuaram como mecanismos de normalização: não apenas sancionavam condutas tidas como desviantes, mas também produziram modelos de sujeito docente desejável para a sociedade da época, em consonância com os projetos republicanos e de modernização conservadora presentes na administração baiana da época.

Do ponto de vista institucional, o estudo mostra a ação coordenada entre diferentes instâncias e agentes da inspeção escolar: inspetores, delegados regionais, diretores e autoridades do Departamento. Eles evidenciam como essas práticas administrativas foram legitimadas por redes locais de reprodução social. A leitura atenta dos fluxos burocráticos permitiu compreender procedimentos, prazos e rotinas que conferiam eficácia e continuidade às práticas disciplinares, ao mesmo tempo em que expuseram lacunas processuais e desigualdades no acesso à defesa por parte dos investigados.

A opção por limitar a pesquisa em dois inquéritos como casos aprofundados favoreceu um exame mais específico dos procedimentos e dos enunciados normativos, mas impõe cautela quanto à generalização absoluta das conclusões para todo o espaço baiano ou para outros períodos. Estudos comparativos com outros estados e recortes cronológicos ampliados seriam úteis para aferir continuidades e rupturas nas práticas de fiscalização escolar.

Para pesquisas futuras recomenda-se, entre outros caminhos, ampliar a investigação para outras séries arquivísticas e arquivos estaduais, aprofundar a análise de gênero e de raça nas dinâmicas de acusação e sanção, e articular os inquéritos com fontes orais e documentais que permitam ouvir vozes hoje marginalizadas nos autos. Do ponto de vista da historiografia da educação, a incorporação sistemática de fontes administrativas como objeto analítico contribui para desnaturalizar categorias profissionais e revelar os processos de constituição da autoridade escolar.

Por fim, este estudo compreende que a documentação dos inquéritos administrativos escolares constitui uma rica memória para a História da Educação: por um lado registra práticas de coerção e exclusão; por outro, oferece subsídios para reconstruir experiências, conflitos e disputas simbólicas que moldaram o magistério primário. Preservar, catalogar e disponibilizar esse acervo é tarefa importante para a investigação histórica e para debates contemporâneos sobre as experiências educacionais em escolas no século XX.

Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70.

Damasceno, A., & Pantoja, S. (2020). Controle e fiscalização do ensino no Pará: a inspeção escolar no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, 20, e093.

- Foucault, M. (1994). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad.; 11a ed.). Vozes.
- Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso* (10a ed.). Edições Loyola.
- Lombardi, J. C., Saviani, D., & Nascimento, M. I. M. (Orgs.). (2005). *A escola pública no Brasil: História e historiografia*. Autores Associados: HISTEDBR.
- Muricy, A. S. (1957). *Educação na Bahia*. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia. Acervo digital do Arquivo Histórico do INEP.
- Oliveira, R. C., & Warde, M. J. (2021). Tipos de escola primária e seus diferentes alcances sociais: Algumas fontes de 1938 a 1946. *Dialogia*, (37), e19774. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19774>
- Rodríguez, M. V. (2010). Pesquisa histórica: O trabalho com fontes documentais. In C. J. Costa, J. J. P. Melo, & L. H. Fabiano (Orgs.), *Fontes e métodos em história da educação* (p. 35–48). Editora UFGD.
- Roy Rosenzweig Center for History and New Media. (s.d.). Tropy (Versão 1.16.2) [Software]. George Mason University. Recuperado de <https://tropy.org/>
- Silva, A. M. da, & Costa, M. A. T. da. (2017). A escola primária no contexto da primeira república: Apontamentos teóricos. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 3, 7.
- Sousa, I. C. J. de. (2001). *Garotas tricolores, deusas fardadas: As normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. EDUC.
- Souza, R. F. (2008). Os grupos escolares e a história do ensino primário na Primeira República. *Revista de Educação Pública*, 34, 273–283.
- Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*. Gollancz. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.bard.edu/library/pdfs/archives/Thompson-The_Making_of_the_English_Working_Class.pdf.

Contribuições de autoria

Conceituação: Rejanne do Carmo Ramos

Análise formal: Rejanne do Carmo Ramos; Raurislandia dos Santos Pereira; Karla Vitória da Cruz Alves

Investigação: Rejanne do Carmo Ramos; Cinthia Mota Medeiros da Silva; Raurislandia dos Santos Pereira; Karla Vitória da Cruz Alves

Metodologia: Cinthia Mota Medeiros da Silva; Raurislandia dos Santos Pereira

Supervisão: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Visualização: Karla Vitória da Cruz Alves (quadro do corpus documental)

Redação – rascunho original: Cinthia Mota Medeiros da Silva; Rejanne do Carmo Ramos

Redação – revisão e edição: Rejanne do Carmo Ramos; Cinthia Mota Medeiros da Silva